

NOTAS E INFORMAÇÕES

Uma dívida e três atores

O presidente Fernando Collor criou sério problema à sua equipe econômica, ao revelar na sua fala ao Keidaren, em Tóquio, sensíveis mudanças no estilo da renegociação de nossa dívida externa. Declarou então que seu governo pretendia adotar posição flexível, concordando em pagar os juros atrasados desde que princípios essenciais sejam respeitados: o pagamento deverá ocorrer no longo prazo, por causa de uma capacidade que poderá ser discutida. Com isso provocou não só o desagrado da sua equipe como também grave pendência com os retrógrados do Senado, que não pretendem recuar na sua posição de não permitir nenhum pagamento de juros, a não ser no contexto de uma negociação completa e claramente definida. É necessário, portanto, encontrar agora solução capaz de harmonizar um texto lido por três vozes dissonantes.

O presidente da República, mal informado por sua equipe quanto às reações dos bancos credores, teve de ir ao Japão para avaliar as proporções da resistência à proposta brasileira. A guerra de nervos desencadeada pelos países credores — os Estados Unidos, com bancos em situação dramática; a França, do governo socialista de Mitterrand, ou o Japão, com todo o seu superávit — alcançou amplitude jamais imaginada por nossos negociadores profissionais. Sabia-se que os bancos credores dispunham de arma poderosa: o corte

das linhas de crédito de curto prazo, o que dificulta ainda mais a expansão das nossas exportações e importações. Não se acreditava, todavia, que os governos dos países onde têm sede os bancos credores empregassem toda a sua força na disputa. Ora, não é apenas Washington que exerce pressão (por intermédio do Banco Mundial ou do Banco Interamericano de Desenvolvimento) para impedir a liberação de verbas indispensáveis à nossa economia, mas também o governo de Tóquio, que se une aos EUA visando a paralisar empréstimos num montante de US\$ 1.153 milhões.

O presidente Collor percebeu o quanto estava ameaçado seu projeto de integração do Brasil ao Primeiro Mundo, por não respeitarmos as regras da comunidade financeira internacional. Assumiu então diante dos industriais e banqueiros japoneses posição que contradiz os planos da sua equipe. Essa procurou aliados no próprio Senado, ao qual recentemente havia pedido o abandono — na definição das normas para a renegociação — da cláusula que proíbe qualquer pagamento antecipado. Em peso compareceu anteontem ao Planalto, tentando levar o presidente a mudar sua opinião.

Ao que parece, nada conseguiu: o chefe do



governo com realismo mostrou que não poderia voltar atrás em suas declarações. Urgia encontrar uma saída honrosa. A solução, ao que consta, seria recorrer aos governos dos bancos credores para que exerçam pressão sobre as instituições financeiras. Cumpre alertar nossos negociadores de que a estrutura financeira, nos países industrializados, é um tanto diferente da nossa: se os bancos dispõem de facilidades para obter a ajuda dos seus governos, não têm esses força para impor sua vontade política, especialmente quando reconhecem que aos bancos assistem algumas razões.

Antes que o nosso embaixador extraordinário para discussão da dívida externa, Jório Dauster, apresente a proposta brasileira, o País envia seu embaixador não-profissional, Ibrahim Eris, para sensibilizar os governos e pedir ajuda para solução do impasse. Pode-se prever que o presidente do Banco Central do Brasil, que fala a mesma linguagem de seus pares nos países industrializados, apresentará uma alternativa: o pagamento, pelo País, de parte dos juros atrasados, desde que os bancos, ao mesmo tempo, aceitem discutir uma proposta conjunta que passe compulsoriamente por um tipo de securitização da dívida, com prazos e condições bem diferentes da-

queles contidos na sugestão original brasileira ou a obtenção de um empréstimo-ponte (bridge loan), que permitiria ao Brasil dispor de recursos para o presente exercício, destinados ao pagamento de parte dos juros sem que se reduzam de imediato nossas reservas.

Assim, as exigências do Senado poderiam ser respeitadas, salvando-se a honra. Não se deve menosprezar as dificuldades que se opõem a qualquer uma dessas soluções. Os bancos credores, diante da arrogante proposta inicial do Brasil, estão em posição forte, malgrado os embaraços das instituições norte-americanas. Os governos, não podemos esquecê-lo, estão hoje, por intermédio do Clube de Paris, na mesma situação dos bancos comerciais quanto aos juros atrasados. Certamente se mostrarão exigentes em relação ao Brasil, que pretendeu introduzir inovações no comportamento de uma comunidade financeira internacional tão conservadora de maneira tão inábil e em tom ameaçador.

O presidente Collor teve sensibilidade para perceber que nossa posição era insustentável e reconhecer que fora mal assessorado por sua equipe. Dá-lhe grande vantagem a visão conjunta que tem das condições em que o Brasil deve atuar. E, certamente, conhece melhor a história internacional que seus economistas.

Espera-se que a nova tática venha a apresentar efeitos positivos.